



Suspeito de fraudar licitações para PRF era procurado pela Interpol quando fechou contratos com governos federal e do RJ

Empresário Maurício Junot de Maria usava carros da PRF para fazer segurança particular da Combat Armor Defense, que forneceu blindados com atrasos e críticas. Empresa com contratos investigados pertence ainda a americanos que participaram da invasão ao Capitólio, em 2021



Empresário suspeito de fraudar licitação de blindados da PRF era procurado pela Interpol

O empresário Maurício Junot de Maria, suspeito de fraudar licitações de blindados para a Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre 2020 e 2021, era procurado pela Interpol quando fechou contratos com o governo federal e com a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Junot é um dos sócios da empresa escolhida para fornecer veículos blindados para instituições das áreas de segurança, a Combat Armor Defense. Na época em que venceu as licitações, era procurado por crimes financeiros nos Emirados Árabes.

A inclusão na lista da Interpol – a polícia internacional – não impediu a vitória nas concorrências. Ele ainda recebia segurança diária de agentes das polícias Rodoviária Federal e Penal.

A TV Globo flagrou viaturas da PRF por vários dias na frente de uma loja da empresa, aberta em 2020 na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio.

A loja foi fechada em abril, depois de passar por uma grande reforma. Muitos desses seguranças de Junot foram pegos de surpresa e ficaram sem receber.

Em nota, Maurício Junot diz que a “Combat nunca participou de nenhuma fraude ou corrupção” e vê “com muita tristeza o que está acontecendo, pois a Combat fez o melhor possível, com veículos de qualidade internacional, e por causa de divergências políticas colocaram a Combat em uma situação desconfortável e inverídica” (veja a nota completa no fim desta reportagem).

Sócios invadiram o Capitólio

Os outros sócios da Combat são os irmãos americanos Mark e Daniel Beck, apoiadores do ex-presidente Donald Trump e participantes da invasão ao Capitólio, em janeiro de 2021.

A proximidade da empresa de blindados com a Polícia Rodoviária Federal vem desde a instalação da Combat no Brasil, em 2019.

Em imagens feitas em setembro de 2020, Silvinei Vasques, então superintendente da PRF, apresentou as viaturas blindadas pela Combat, chamadas “Caveirinhas”, ao então presidente Jair Bolsonaro e a deputados bolsonaristas.

“Esses veículos aqui nós já compramos. As 21 viaturas que serão transformadas nesse blindado aqui que é o que estamos chamando de caveirinha”, disse Silvinei, na ocasião.

Na semana passada, na CPMI que apura os atos golpistas de 8 de janeiro, Silvinei Vasques negou que tenha pedido emprego na fábrica da Combat, em Indaiatuba, ao deixar a Superintendência da PRF. Neste momento, parlamentares que integram a comissão

mostraram um cartão de visitas de Silvinei apresentado como vice-presidente da empresa.

Capital aumentou 27 vezes

Em 2020 e 2021, a Combat foi a vencedora de algumas das principais licitações para fornecimento de carros blindados para a segurança pública do governo federal e para a Polícia Militar do RJ. Contratos milionários que, em apenas quatro anos, ajudaram a aumentar o capital inicial da empresa em 27 vezes.

O valor do patrimônio pulou de R\$ 1 milhão, em 2019, para a R\$ 27,4 milhões, em 2022, de acordo com dados da Junta Comercial Paulista.

Por trás desse negócio lucrativo, está a experiência de Maurício Junot no mercado de blindagem. O empresário com dupla cidadania, brasileira e americana, era o dono da empresa HPC, que blindava as supervans usadas por executivos e membros do governo americano na área de conflito, na guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, em 2005.

Condenação em Dubai

A TV Globo teve apurado que, quando venceu as licitações federais e estaduais, Junot era procurado em Dubai. De acordo com o processo, Maurício Junot recebeu parte do pagamento para entrega de carros blindados, mas não cumpriu o contrato com o governo dos Emirados Árabes.

Segundo uma fonte ouvida pelo Jornal Nacional e pelo g1, Junot deixou Dubai quando soube que seria preso e levou com ele US\$ 8 milhões.

“Quando o governo detectou que ele fez essa movimentação no banco que o governo foi em cima dele, que detectou que se tratava de uma fraude, de um estelionatário de alta performance. No que o governo decretou a prisão dele, ele fugiu, saiu fugido do país, deixando tudo para trás”, contou.

O empresário foi condenado, na ocasião, a três anos e meio de cadeia. A sentença terminou em maio de 2023 após acordo de Junot com o governo local.

O nome do empresário só saiu da lista de

procurados, em 2022, por causa de uma nova determinação da Interpol, que excluiu os autores de crimes financeiros.

Quando a Combat ganhou a licitação da PRF no Rio, Junot ainda era procurado.

De 2020 a 2022, a PRF pagou R\$ 33,5 milhões para blindar viaturas e fabricar blindados.

Na semana passada, o Jornal Nacional mostrou que o Ministério Público Federal também investiga se houve fraude no processo de licitação para a compra de blindados pela PRF.

Com a Polícia Militar do Rio, foram dois contratos: em março de 2021 e abril de 2022: 30 blindados, totalizando mais de R\$ 20 milhões.

Atrasos e qualidade questionada

O deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha, presidente da Comissão de Tributação e Controle, da Assembleia Legislativa do Rio, suspeitou dos valores e prazos de entrega muito curtos e solicitou ao Tribunal de Contas do Estado uma auditoria no cumprimento das licitações.

Numa inspeção feita em 2022, o TCE descobriu atraso na entrega de todos os blindados. Pelo menos sete carros da PM não tinham nota fiscal, nem documentação obrigatória para validação da blindagem.

Em todos eles também faltavam rádio de comunicação apropriado para uso da corporação. O TCE determinou a suspensão do pagamento à Combat, além de proibir a empresa de participar de licitações por quatro meses. Até agosto. A Polícia Militar do Rio multou a Combat em R\$ 614 mil.

A equipe de reportagem contou nove veículos parados no pátio da instituição. Alguns nunca foram usados.

Há ainda outros problemas envolvendo a empresa: um relatório técnico de uma comissão interna da PM do RJ que avalia a fabricação dos blindados revela que 51 pontos foram reprovados. Entre os itens condenados estão blindagem das escotilhas, do motor, proteção dos pneus e problemas no sistema de freio.

De acordo com especialistas, alguns dos novos blindados da PM começaram a quebrar logo que foram para as ruas, em 2022.

Caveirão que pegou fogo era da Combat

O Caveirão que foi incendiado por traficantes há duas semanas, depois de ser atacado por um coquetel molotov na favela Bateau Mouche, na Zona Oeste do Rio, era da Combat.

Nos últimos seis meses, só uma equipe de reboque fez mais de dez resgates de blindados quebrados. Um vídeo mostra um Caveirão usado há mais de dez anos rebocando outro, novo, que teve falha de embreagem.

Em troca de áudios, PMs falam dos problemas com os veículos:

“O blindado já quebrou, irmão, novo, chegou semana passada, irmão. Que doideira, hein?”

“Os blindados chegaram agora, irmão. O do sétimo também quebrou, o colega falou aqui agora, falou que o motorista falou que o motor é muito pesado, não consegue... faz muita força pra puxar”

Um engenheiro mecânico e consultor de segurança, que pede para não ser identificado, acompanhou de perto a fabricação dos blindados e reforça o risco que esses defeitos representam para a segurança dos policiais.

“É, pelo menos essa parte mecânica é, teríamos mais segurança. Não sabemos se foi. Porque a própria questão do motor que nós falamos no início, ela está totalmente desproporcional. Você não tem que força, é uma viatura e você não tem força para subir com força, transpor obstáculos, tá? E você hoje tem barricadas. Você tem vários objetos colocados, então, é, o agente, ele fica muito limitado no sentido que ele tem uma ferramenta que pode falhar numa situação crítica. Essa é a verdade.”

Audidores do TCE encontraram irregularidades no certificado de capacidade técnica dos veículos.

O atestado de excelência do serviço prestado pela Combat foi dado pela empresa americana High Protection Company, desativada desde 2019 e que também tem Junot como sócio.

Encontros com Witzel e Eduardo Bolsonaro

Os irmãos Mark e Daniel conheceram Junot na igreja mórmon e, juntos, passaram a frequentar clubes de tiro. Junot tem registro de caçador, atirador e colecionador de armas e pratica com um fuzil.

A reportagem apurou que a família Beck se interessou pelo mercado brasileiro com as vitórias de Jair Bolsonaro para presidente e Wilson Witzel para governador do Rio de Janeiro – ambos defensores da população armada.

Os americanos visitaram o Rio e tiraram fotos com o ex-governador Witzel, que sofreu impeachment (veja acima).

Em um outro registro, Junot aparece em foto com o deputado federal Eduardo Bolsonaro e Misael de Sousa, lobista da indústria de armas (veja abaixo).



Junot com o deputado federal Eduardo Bolsonaro e Misael de Sousa, lobista da indústria de armas — Foto: Reprodução

O que dizem os citados

A Combat Armor informou, em nota, que “todos os veículos cedidos à PRF foram fruto de uma licitação séria, dentro dos protocolos legais e transparentes”.

“Participamos de uma audiência pública com vários fornecedores para entender a que se referia a licitação da PRF. A Combat Armor Defense participou do processo de licitação, cumpriu com todas as exigências do certame e foi declarada vencedora. Entregamos todos os veículos em contrato de acordo com a lei. A Combat nunca participou de nenhuma fraude

ou corrupção. Seguimos um rígido código de conduta, e valorizamos todos os princípios legais e éticos. Não fomos notificados pelo TCE e não existe nenhum problema de descumprimento de contrato por parte da Combat. Foram entregues e aceitos os 32 veículos contratados na licitação”, acrescenta a nota.

Maurício Junot de Maria afirmou que “vê com muita tristeza o que está acontecendo, pois a Combat fez o melhor possível, com veículos de qualidade internacional, e por causa de divergências políticas colocaram a Combat em uma situação desconfortável e inverídica”.

“Os blindados da Combat entregues à PMERJ são acompanhados regularmente por nossa assistência técnica, que trabalha juntamente com os batalhões para manter os veículos em condições de uso. Os veículos foram entregues e aceitos de acordo com o descritivo técnico da licitação. A Combat produz carros com a mais alta tecnologia mundial em blindagem de níveis pesados. São preparados a fim de salvar as vidas dos policiais. Quanto à unidade do Rio de Janeiro que o fechamento da loja se deu por questões estratégicas da empresa. Somos apolíticos, e salientamos que nosso compromisso é com a segurança da população e do brasileiro”, diz a nota.

A equipe de reportagem entrou em contato com o advogado Eduardo Pedro Nostrani Simão, que defende Silvinei Vasques, ex-diretor da PRF, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF), em nota, informou que “é um órgão de Estado, com atribuições inerentes à segurança pública, conforme preconizado no artigo 144 da constituição federal. Não há, ou não foi encontrado no curto período disponibilizado para análise, nenhum pedido para segurança da referida empresa”.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro esclareceu que “ todos os questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referentes ao citado processo foram devidamente esclarecidos. No momento, o Comando da Corporação aguarda a decisão do TCE”.

Fonte: Por Marco Antônio Martins e Lilia Teles, g1 Rio e Jornal Nacional

Cálculo que reduz pensão por morte antes da aposentadoria é válido, decide STF

Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são constitucionais as novas regras de cálculo da pensão por morte dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que morrem antes da aposentadoria



Maioria dos ministros do STF acompanhou o voto do relator, Luís Roberto Barroso Carlos Moura/SCO/STF

O entendimento vencedor foi o do relator da matéria, ministro Luís Roberto Barroso, que propôs a seguinte tese:

“É constitucional o art. 23, caput, da Emenda Constitucional nº 103/2019, que fixa novos critérios de cálculo para a pensão por morte no Regime Geral e nos Regimes Próprios de Previdência Social”.

Toffoli, André Mendonça, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Kassio Nunes Marques. Restaram vencidos o ministro Edson Fachin e a presidente da corte, ministra Rosa Weber.

A decisão foi provocada por ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar)

contra um trecho da mais recente reforma da Previdência — a Emenda Constitucional 103/2019.

No voto vencedor, Barroso reconheceu que a reforma provocou uma diminuição relevante no valor da pensão por morte. Porém, segundo ele, isso não significa que houve violação a alguma cláusula pétrea da Constituição.

De acordo com o ministro, o direito à Previdência Social e o princípio da dignidade humana não oferecem “parâmetros precisos para o cálculo da prestação pecuniária”. Esse cálculo só seria inconstitucional, sustentou Barroso, caso o benefício fosse a única fonte de renda formal do dependente e tivesse valor inferior a um salário mínimo, mas isso foi vedado pela EC 103/2019.

“A fixação de qualquer outro piso pelo Poder Judiciário beiraria a arbitrariedade e careceria de embasamento técnico”, opinou o magistrado. Para ele, uma interferência judicial teria de considerar aspectos como idade do beneficiário, tempo de convívio com o dependente e duração do benefício, o que seria inviável.

O ministro apontou que, em 26 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o valor médio das pensões por morte corresponde a 56% dos proventos de aposentadoria por idade avançada. Ou seja, os exemplos estrangeiros não estão distantes da nossa realidade.

Além disso, muitos membros da OCDE fixam uma idade mínima maior do que a brasileira para que o parceiro possa receber o benefício de forma vitalícia. E, diferentemente do Brasil, 16

deles exigem um tempo mínimo de convivência, que varia de seis meses a cinco anos.

Barroso lembrou que, antes da reforma, a aposentadoria por invalidez no RGPS equivalia a 100% do salário de benefício. Este, por sua vez, consistia na média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição.

Nesse sistema, o cálculo da pensão por morte também se baseava na aposentadoria por incapacidade. Portanto, era muito mais favorável aos dependentes do empregado que morria ainda em atividade, quando comparado com os dependentes do segurado que já estava aposentado voluntariamente.

Para o relator, o critério não era “sensível ao tempo de contribuição”. Assim, a mudança “faz todo o sentido em termos de restauração do equilíbrio financeiro e atuarial”. Ele recordou que as novas regras só se aplicam a quem ainda não havia adquirido direito à pensão e, dessa forma, não houve ofensa a direitos adquiridos ou violação a legítimas expectativas.

O magistrado ressaltou que as pensões por morte não têm a função de manter o padrão de vida alcançado pelo falecido, mas apenas de permitir que os dependentes possam se reorganizar financeiramente.

Por fim, o ministro destacou que os benefícios devem se basear na possibilidade real do sistema de arcar com o custo. “Muitas das escolhas feitas na Previdência Social tiveram como pano de fundo um quadro de abundância de recursos, que já não se põe mais.”

Fonte: Revista Consultor Jurídico

Bancários de todo o Brasil lançam campanha #BancoParaTodos

O objetivo é denunciar os problemas causados pelo fechamento de agências bancárias em diversas localidades do país



Nesta quarta-feira (28), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) lança a campanha #BancoParaTodos, com o objetivo de denunciar os problemas causados pelo fechamento de agências bancárias em diversas localidades do país

Para Gustavo Tabatinga Jr., secretário-geral da Contraf-CUT, a justificativa dos bancos de que a maioria dos serviços agora é realizada por plataformas digitais não pode ser usada como desculpa para privar a população de um atendimento presencial acessível e eficiente. “Durante a pandemia, testemunhamos longas filas em agências bancárias, o que evidenciou a necessidade de atendimento presencial para grande parte da população. No entanto, os bancos continuam fechando agências, principalmente em cidades afastadas dos grandes centros financeiros e em bairros periféricos das grandes cidades”.

Um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que

42% dos municípios brasileiros não possuem nenhuma agência bancária. E, em 7% dessas cidades, não há qualquer tipo de atendimento bancário. “Essa realidade prejudica os clientes, que ficam sem acesso ao atendimento presencial, e sobrecarrega os funcionários das unidades que permanecem abertas”, afirma Tabatinga.

Atualmente, o Brasil conta com apenas 7.216 agências em todo o país, o menor número desde 2007, quando o Banco Central começou a registrar esses dados. E a situação está se agravando, pois somente no ano de 2022 foram fechadas 428 unidades. “Os efeitos do fechamento de agências são imediatos: a população enfrenta dificuldades para encontrar agências próximas, muitas vezes precisando se

deslocar para outras cidades. Além disso, as filas nas agências restantes se tornam cada vez mais longas, uma vez que elas precisam atender clientes de todas as outras que foram fechadas. Essa realidade é prejudicial tanto para os clientes quanto para os funcionários, que ficam sobrecarregados”, lamentou o secretário.

Outro aspecto preocupante é a demissão de funcionários devido aos fechamentos de agências. Esses profissionais perdem seus empregos e ficam sem condições de sustentar suas famílias. Além do impacto individual, essa

situação afeta negativamente o comércio local, resultando em prejuízos para toda a sociedade.

A campanha #BancoParaTodos tem como objetivo chamar a atenção para esses problemas e buscar soluções que garantam o acesso aos serviços bancários para toda a população brasileira, conforme determina a lei. “É fundamental que os bancos cumpram sua obrigação de fornecer atendimento adequado e acessível em todas as localidades necessárias”, finalizou Gustavo Tabatinga Jr.

FONTE: CONTRAF

Enfermeiros anunciam greve nesta quinta pelo piso nacional

Categoria cobra repasse do governo federal para viabilizar o pagamento do piso e critica o STF por “desfigurar” lei aprovada no Congresso



Trabalhadores da enfermagem também fazem atos nesta quarta-feira (28) pela efetivação do piso nacional

Enfermeiros de todo o Brasil anunciaram uma greve geral na próxima quinta-feira (29) pela efetivação do piso nacional da categoria. De acordo com o Fórum Nacional da Enfermagem, 14 estados já confirmaram a adesão ao movimento grevista. Amanhã os sindicatos

da categoria preparam uma paralisação, com mobilização nos estados. Em Brasília, durante a manhã, profissionais da categoria realizam ato na Praça da Bandeira, nos arredores do Ministério da Saúde.

Representantes do Fórum Nacional se

reuniram hoje com os ministros da Saúde, Nisia Trindade; da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo; e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Os deputados Alice Portugal (PCdoB-BA), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e Bruno Farias (Avante-MG) também participaram do encontro.

Eles criticaram a demora do governo federal em distribuir os recursos para viabilizar o pagamento do piso. Também cobraram um posicionamento do governo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de dialogar com os ministros para que aprovarem o piso, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 127, aprovada no final do ano passado.

Os enfermeiros também reclamam que portarias publicadas anteriormente pelo Ministério da Saúde, fixando carga horária e remuneração, serviram como “combustível” para os votos dos ministros do STF “desconfigurarem” a Lei do piso.

“A luta das entidades que compõem o Fórum não vai parar. A categoria não vai recuar e aceitar retrocessos”, afirmou a entidade dos enfermeiros, em postagem nas redes sociais.

Demandas urgentes

A deputada Alice Portugal ressaltou a importância da reunião desta terça. Ela destacou que o Fórum da Nacional da Enfermagem apresentou aos ministros “três propostas concretas”, antes da deflagração da greve, já definida pelas entidades.

“Primeiro, que o Ministério da Saúde pague o setor federal. Segundo, que o governo não aguarde a votação de uma cautelar do STF, que não tem efeito suspensivo. Portanto, não tem o direito de obstar a lei aprovada desde agosto do ano passado”, afirmou a deputada, referindo-se

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

à Lei 14.434. A terceira proposta, de acordo com a deputada, é que o governo receba novamente os representantes do Fórum amanhã, antes dos atos marcados pela categoria. “O piso é lei e tem que ser cumprido”.

Jandira Feghali destacou a importância do diálogo com o governo federal na busca de uma solução. “O diálogo é sempre importante, e pode render soluções. É isso que estamos esperando. A categoria da enfermagem veio com muita firmeza, nós parlamentares também. Porque há uma emenda constitucional e duas leis, então esse direito é líquido e certo”. Para ela, o respeito à categoria da enfermagem hoje significa “pagar o piso”, e citou a espera “angustiante” dos trabalhadores.

Em julgamento

No STF, até agora, Rosa Weber e Edson Fachin votaram a favor do cumprimento integral e imediato da lei do piso. Por outro lado, os ministros Roberto Barroso e Gilmar Mendes condicionam o pagamento do piso a determinados critérios, como a prévia negociação patronal no setor privado e a efetivação dos repasses da União no setor público e filantrópico.

Em outros dois votos proferidos nesta segunda (26), Dias Toffoli e Alexandre de Moraes defenderam a regionalização do Piso da Enfermagem, além de manter os condicionantes indicados no voto conjunto dos ministros Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Faltam os votos de quatro ministros. Além da paralisação e da greve geral, os enfermeiros também convocaram uma vigília em frente ao STF para os próximos dias.

FONTE: REDE BRASIL ATUAL

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF